

PAICV – Partido Africano da Independencia de Cabo Verde
IX CONGRESSO
Praia, 23, 24 e 25 de Junho de 2000

RELATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL



PAICV – POR CABO VERDE

PAICV IX CONGRESSO

INDICE

Nota prévia

- I. A realidade política nacional
 1. O campo político
 2. O ambiente político
 3. Conclusão

- II. A situação económica, financeira e social
 1. A situação económica
 2. O investimento externo
 3. A situação financeira
 4. A cooperação internacional
 5. A situação social
 6. A educação

- III. A actuação do PAI CV
 1. O funcionamento e a intervenção dos órgãos
 2. As relações externas
 3. A actuação a nível parlamentar
 4. A actuação a nível do poder local

- IV. A Juventude do Partido - JPAI

- V. As eleições autárquicas

- VI. O momento pós-eleições autárquicas

- VII. Conclusões

PAICV IX CONGRESSO

Nota prévia

Este relatório cobre o espaço de tempo compreendido entre o VIII e o IX Congresso. Como metodologia, procura-se caracterizar a) o campo político e o contexto político em que ocorreu a intervenção do PAICV, nas diversas frentes de actividades; b) apontar os constrangimentos e condicionamentos encontrados durante o percurso; c) apresentar as estratégias em confrontação; d) avaliar a acção desenvolvida pelos nossos adversários; e) avaliar as actividades efectuadas pelo nosso partido nos diversos domínios de intervenção; f) apreciar os resultados finais.

Pretende-se por conseguinte, dar aos congressistas uma ideia do trabalho realizado pelos órgãos de direcção e pelo partido no seu todo e apresentar as perspectivas que se abrem e as exigências que se antevêm para as próximas eleições legislativas.

I - A realidade política nacional

1. O campo político nacional continua marcado pela presença de quatro partidos políticos. A correlação de forças entre eles e a sua representatividade política foram sensivelmente alterados com os resultados das últimas eleições e com a crise por que passa o partido do Governo.

A implantação de cada uma das forças políticas pode avaliar-se pela sua representação quer parlamentar, quer no poder local. Estimamos, no entanto, que os resultados das eleições autárquicas de 20 de Fevereiro de 2000 traduzem mais fielmente, a situação política actual. O PAICV ganhou as eleições colocando o MPD em segundo lugar. O PCD ocupou o terceiro lugar e a UCID, o quarto. Assim sendo, o PAICV transformou-se a primeira força política nacional a nível do poder local.

O projecto PTS não se concretizou ainda. O ATS, "grupo de cidadãos", próximo desse projecto político, concorrendo em São Vicente, alcançou um resultado eleitoral próximo do PCD. Deve-se relevar, no entanto, que o PAICV e o MPD são os dois partidos que têm uma real implantação nacional.

Quanto à acção política interna dos principais partidos políticos, as suas actividades concentram-se neste momento, na preparação dos respectivos Congressos, tendo como pano de fundo a escolha de novas lideranças e a preparação das próximas eleições legislativas.

2. O ambiente político dominante no país, sob os efeitos perversos da estratégia de conservação do poder a todo o custo e de políticas do MPD, tem dificultado bastante o desenvolvimento e o aprofundamento da democracia pluralista. Para além duma elevada críspação política no relacionamento entre os actores políticos, tem persistido um clima de medo no seio da sociedade cuja razão primeira reside na utilização pelo Governo, de forma aberta ou sub-reptícia, da intimidação e da discriminação de diversa ordem contra os seus críticos ou opositores, factos que coíbem a participação política, o debate político sério e a tolerância, elementos imprescindíveis para o exercício pleno da cidadania, num regime pluralista.

Por outro lado, os partidos da oposição, elementos indispensáveis para o

PAICV IX CONGRESSO

funcionamento da democracia pluralista, cuja função é fiscalizar os actos de governação, são vistos como os "inimigos" a abater.

No quadro ainda desta estratégia de conservação do poder a todo o custo, o Governo do MPD tem recorrido à discriminação e penalização das Câmaras Municipais dirigidas pelo PAICV ou por personalidades independentes, pondo em causa a satisfação das necessidades básicas das camadas sociais mais desfavorecidas.

Este Governo tem utilizado os contratos-programas para favorecer Câmaras Municipais dirigidas pelo MPD, ao mesmo tempo que fomenta oposições e concorrências desleais às Câmaras Municipais dirigidas pela oposição, através da facilitação e financiamento de "actividades paralelas" de ONGs próximas do partido no poder. Os objectivos em vista são evidentes: a desestabilização e a obstrução das actividades dessas Câmaras Municipais. Além do mais, o próprio Governo tem feito oposição a determinadas Câmaras Municipais, violando por conseguinte, os princípios e deveres de cooperação, de complementaridade, de solidariedade e de igualdade de tratamento que devem reger as suas relações com todos os municípios. Semelhante atitude menospreza por um lado, os sofrimentos das populações excluídas, o que significa negar a pessoas necessitadas, meios indispensáveis à sua sobrevivência e segurança alimentar, elementos constitutivos do núcleo básico dos direitos da pessoa humana e revela, por outro, uma enorme falta de ética política. Por isso perante a situação que vive o país, o PAICV preconiza o inverso da prática do Governo, isto é, um autêntico "contrato de solidariedade" entre os poderes local e central em prol da solução dos problemas sociais mais básicos que vêm afligindo amplas camadas da população.

O clima político criado vem provocando, em certas camadas da sociedade cabo-verdiana, desconfiança em relação à política, reduzindo a sua participação.

A democracia cabo-verdiana continua enferma de alguns males congénitos, consequências da "engenharia política", repleta de "valores negativos", em que se assentou a vitória do MPD, acrescidos dos efeitos perversos de duas maiorias parlamentares qualificadas que abriram as portas a políticas arbitrarias do "quero, posso e mando". Há um manifesto déficit democrático na vivência do quotidiano que urge corrigir-se para possibilitar a afirmação plena do Estado de Direito Democrático.

Tem havido igualmente, uma acção orientada, de forma sistemática, no sentido da subordinação da comunicação social do Estado aos interesses políticos do MPD e do Governo, exercendo sobre os jornalistas represálias e outras formas de pressão. Contra tal prática têm-se oposto vários jornalistas que, de uma forma digna e corajosa, têm vindo a bater-se por uma comunicação social pública pluralista ao serviço dos cidadãos. Todos aqueles que defendem, como nós, a liberdade de imprensa devem prestar-lhes solidariedade.

A prática governativa do MPD está altamente inquinada pelo clientelismo, pelo nepotismo e pelo negociismo, num estilo tipicamente patrimonialista, em que os interesses privados se confundem com os interesses públicos. Tal promiscuidade política tem tido um efeito perverso na cultura política abrindo o caminho ao oportunismo e ao facilitismo. Por outro lado, os objectivos estratégicos são subordinados a objectivos imediatistas condicionados pelo calendário eleitoral. Tem-

PAICV IX CONGRESSO

se, com tais práticas, prejudicado o fortalecimento das instituições do Estado de Direito Democrático e dificultado a fecundação de uma cultura democrática e solidária na sociedade cabo-verdiana e, igualmente, prejudicado o esforço de desenvolvimento do país.

As actividades do governo têm tido um cunho altamente, eleitoralista. O aparelho do Estado e seus meios são utilizados em benefício do partido no poder.

3. Durante o período em análise, apesar da complexidade da situação e da desproporção de meios, o PAICV opôs-se com êxito, à estratégia hegemónica do MPD de conservação de poder a todo o custo e conseguiu travar tal pretensão, facto confirmado pelos resultados das eleições autárquicas.

II - Situação económica, financeira e social

1. Cabo Verde tem vindo a confrontar-se com uma situação económica, financeira e social bastante crítica. Já em 1996, o Governo reconheceu que o país tinha terminado o ano de 1995 sob "o signo duma perigosa derrapagem", de que se destacava o peso excessivo da dívida interna e dos respectivos serviços acumulados, consequências duma política económica expansionista e eleitoralista levada a cabo, durante o mandato anterior.

Com efeito, a política económica neoliberal e a gestão expansionista e eleitoralista levado a cabo no país, delapidaram as reservas cambiais e criaram desequilíbrios macro-económicos internos e externos com reflexos muito negativos no desenvolvimento económico.

Face a tal situação, o Governo teve que submeter o país a um Programa de Ajustamento Estrutural, consubstanciado na assinatura dum acordo com o FMI. Neste quadro, foi forçado a adoptar um programa acelerado de privatização das EP para poder conseguir obter os meios necessários ao financiamento da sua quota parte no Trust Fund, mecanismo financeiro criado para assegurar o pagamento da elevada dívida interna acumulada. Com a assinatura do acordo cambial com Portugal, a economia cabo-verdiana passou a estar sujeita a uma dupla vigilância: do FMI e do Banco de Portugal.

Os atrasos sucessivos na realização do capital do Trust Fund recoloca a problemática da dívida interna. Por outro lado, os atrasos no pagamento dos salários de funcionários, das dívidas com empresas concessionárias de empreitadas públicas e os atrasos nas transferências do Tesouro mostram que as finanças públicas passam de novo, por uma situação de sufoco.

Os resultados da gestão económica e financeira do MPD estão aquém das promessas eleitorais, da programação estabelecida e da propaganda veiculada.

A política de privatização prosseguida pelo Governo tem-se revelado contraditória nos objectivos que propõe alcançar; tem sido conduzida não raras vezes no desrespeito da lei e com transparência duvidosa e tem resultado em transações em que os interesses nacionais não foram adequadamente salvaguardados. Mais ainda, tem sido implementada num quadro de ausência de regulação que, nos casos das

PAICV IX CONGRESSO

privatizações de infra-estruturas como as telecomunicações, a água, a electricidade e os portos, conduziram já ou conduzirão inevitavelmente a situações de autênticos monopólios privados não-regulados. Tal situação perverte a natureza pública dos serviços que os seus operadores devem prestar e impedem a concorrência lá onde esta é exigida por lei e devia ser estimulada, num quadro regulador absolutamente transparente. Este quadro regulador não existe e é grave que assim seja.

Quando se proclama que a introdução da eficiência na economia cabo-verdiana, nomeadamente, através da promoção da iniciativa privada e da expansão do sector privado, constitui um dos objectivos prioritários das privatizações, percebe-se mal que no caso do sector financeiro por exemplo, se tenha operado a transferencia de activos do Estado cabo-verdiano não para entidades privadas nacionais ou estrangeiras mas para instituições de capitais públicos de um outro Estado. Outrossim, seria mais razoável que no sector financeiro, o objectivo eficiência fosse privilegiado em relação a qualquer outro. Mas, deu-se preferência ao objectivo encaixe financeiro com subalternização do objectivo eficiência.

No concernente à observância da lei é chocante e grave a naturalidade com que o Governo menospreza este factor chave. O processo de privatização tem passado para o dominio privado nacional e estrangeiro importantes activos públicos. A sua alienação no quadro de uma política de privatizações que visa introduzir maior eficiência na economia, devia ser feita na base de consensos públicos alargados, com o cumprimento rigoroso de leis claras e apoiada por instituições altamente capacitadas no aspecto técnico. Nesta matéria, também devia existir um controle politico do Governo, e eventualmente, da própria Assembleia Nacional, através de vias constitucionalmente previstas. Os consensos não foram intentados nem mesmo no seio do partido governamental.

O PAICV tem pois, toda a razão quando exige que se suspendam as privatizações até às próximas eleições legislativas. Este Governo não está em condições politicas e morais para continuar a conduzir o processo das privatizações.

2. Quanto ao investimento externo, as políticas seguidas não tem sido também acertadas. Os desacertos tem seguramente resultado em danos à economia nacional, particularmente se levarmos em consideração a imperiosa necessidade económica e social de criação de fontes geradores de divisas e de emprego que o investimento estrangeiro poderá propiciar. O desacerto de políticas neste dominio começa com o grande atraso no desenvolvimento de infra-estruturas, particularmente de parques industriais e nos sectores de electricidade e da água. Enquanto o organismo criado para a promoção do investimento estrangeiro encontra-se de há muito estagnado, persiste-se na exigência da concentração todo e qualquer investimento na pessoa do Vice Primeiro Ministro. O Governo do MPD deu já suficiente provas de que não é capaz de propiciar ao pais um arranque sério do investimento externo.

- 3. Há cerca de ^{três} ~~dois~~ anos atrás, as contas externas degradavam-se a tal ponto que fornecedores externos passaram a negar créditos aos operadores nacionais, pondo em causa a credibilidade económica externa do pais. As dividas internas acumuladas assumiram proporções assustadoras e as pressões sobre as reservas externas do pais eram enormes. Essas atingiram então, o seu nivel mais baixo. Um programa de ajustamento estrutural foi concebido e implementado no âmbito de um acordo de

PAICV IX CONGRESSO

"stand by" assinado com o Fundo Monetário Internacional. Como componente deste programa foi assinado um acordo cambial que assegura a convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Três anos passados sobre este esforço de recuperação de contornos programáticos discutíveis, o Governo começa a dar provas de que não aprendeu a lição. Continua a gastar como que se não tivesse restrições. A execução do orçamento tem sido feita sem a disciplina que a situação impõe e como resultado, tem-se ultrapassado os limites da monetização da economia. Informações públicas do Banco Central dão a conhecer que o crédito ao Governo continua a situar-se muito acima do valor de referência aceite na programação monetária e o crédito à economia a superar as expectativas mais optimistas.

É do domínio público que o Banco Central tem-se confrontado com uma política orçamental que é fonte de desequilíbrio macro-económico. Governo ultrapassou os limites recomendados pelos critérios de convergência, pela lei e pela prudência. Aliás, a degradação do défice da balança corrente em termos do PIB é evidente, tendo passado de 5% em 97, para 10%, em 98, atingindo no final de 99, os 13% [Fonte BCV]. Ao mesmo tempo, o Governo tem implementado sem gradualismo, prudência e articulação de políticas necessários, uma liberalização das contas correntes e do comércio que aliada ao gasto irresponsável da sua administração tem criado pressões inaceitáveis sobre as reservas externas do país. Estas que deviam estar ao nível dos três meses de importação, estão reduzidas apenas a apenas algumas semanas.

4. Para ainda tornar a situação mais grave e propicia a novas derrapagens, a cooperação internacional bilateral tem-se afastado de Cabo Verde. Esta situação provocará decerto, uma erosão na capacidade do país em gerar divisas. E para tal, tem fundamentalmente contribuído a inabilidade e a incompetência diplomática do Governo, que conhecedor das tendências prevalentes no seio dos doadores tradicionais de Cabo Verde, nada ou pouco tem feito para evitar que parceiros importantes de Cabo Verde deixem de incluir o nosso país na sua agenda de prioridades de política de cooperação.
5. Doutra lado, a política neoliberal e os efeitos penalizantes do PAE tem feito aumentar o fosso entre os que têm e os que têm menos ou que nada têm, provocando por conseguinte, o agravamento da diferenciação social.

O agravamento da fractura social é uma realidade e não podia ser doutra forma, face à ausência de contrapesos sociais aos efeitos negativos da política neoliberal em curso. Por seu lado, os custos sociais do PAE tem-se feito sentir com particular incidência, nos sectores sociais. As bolsas de miséria ampliaram-se, reclamando em consequência, uma acção coerente para travar tal tendência. É evidente que o processo de desenvolvimento, nas condições do nosso país, onde existe uma elevada taxa de desemprego e um elevado índice de pobreza, deve ser acompanhado duma prática efectiva de solidariedade social e de protecção das camadas sociais mais débeis que não podem por si só e unicamente por meios próprios, assegurar a sua ascensão social e o acesso aos benefícios do crescimento económico, sobretudo, quando, num contexto desigual de concorrência.

Quanto política social, os seus resultados são mediocres. A taxa de desemprego continua alta. A política de preços tem provocado efeitos negativos na vida daqueles

PAICV IX CONGRESSO

que ganham menos. Regista-se uma diminuição do poder de compra dos trabalhadores no geral, incluindo os empregados e funcionários. A própria classe média sente-se sufocada. O acesso aos cuidados da saúde, uma necessidade básica, é cada vez mais difícil para as camadas sociais mais carenciadas. Constatase uma nítida degradação da qualidade dos serviços prestados pela serviço público de saúde, apesar do esforço generoso dos profissionais desse sector. Tais situações não podem ser minimizadas, visto que é a garantia do direito à saúde de uma vasta franja da população que está em causa.

Os custos sociais das reformas económicas e das medidas restritivas impostas pelo Governo devem ser suportados com maior equidade e justiça. É imoral e injusto pretender transferir todo o seu peso, às camadas sociais de menor rendimento e à classe média. As elites no poder não podem, nem devem assumir uma postura egoísta reservando os ganhos, só para si. É pois, na solidariedade nacional e na co-responsabilidade que reside a chave duma solução mais justa e sustentada da crise.

As desigualdades e a exclusão social são também consequências de políticas que subalternizam a satisfação das necessidades essenciais de pessoas concretas e se concentram na busca exclusiva de equilíbrios macro-económicos. Em tais circunstâncias, é imperioso associar a exigência técnica da eficiência económica à exigência ética da solidariedade e da justiça social.

6. Quanto à Educação, apesar dos ganhos conseguidos na sua generalização, põem-se problemas e desafios sérios. A reforma do sistema de educação encontra-se numa encruzilhada. O material didáctico é insuficiente. A melhoria da qualidade do ensino é uma exigência sentida e assumida pelos professores e por toda a sociedade. Por outro lado, a formação profissional, um dos elementos chaves para se assegurar o desenvolvimento económico, continua incipiente. As camadas sociais mais pobres têm mais dificuldades em assegurar a educação dos filhos. Ganha relevo a tendência para a elitização do ensino superior. O actual sistema de financiamento dá sinais de esgotamento e apresenta riscos de ruptura. Nas actuais circunstâncias, impõe-se a urgente necessidade de um debate nacional sobre o futuro da Educação pois, na nova sociedade, a formação, nas suas diversas facetas, e o desenvolvimento dos recursos humanos ocupam um lugar fundamental e constituem um dos pilares do processo de desenvolvimento sustentável.

III - A actuação do PAICV

1. A acção política desenvolvida pelo Partido durante o período em análise, privilegiaram a preparação do Partido para as eleições autárquicas.

O Conselho Nacional realizou, durante o período, quatro reuniões ordinárias. Da sua ordem de trabalho constaram análises das conjunturas políticas, económicas e sociais nacionais, a apreciação e a aprovação das linhas de orientação da acção política e dos programas político-partidárias a desenvolver; a definição das linhas de força da estratégia para as eleições autárquicas de 2000 e a aprovação dos relatórios de contas. Delas saíram ainda, directivas tendo em vista a melhoria da intervenção política e o reforço implantação política do Partido na sociedade cabo-verdiana. Foram analisadas a acção do Partido nas frentes parlamentar e autárquica e aprovadas as orientações gerais para os dois importantes domínios de intervenção

PAICV IX CONGRESSO

política. Das matérias mais importantes sobre as quais o Conselho Nacional se debruçou, destacam-se os relatórios da Comissão Política, a Revisão Constitucional, a revisão das leis eleitorais, as políticas económicas e o exercício do "direito de sensibilidades".

A última reunião do Conselho Nacional avaliou os resultados das eleições autárquicas, o seu impacto na conjuntura política nacional e na estratégia eleitoral do Partido; analisou o alcance político da vitória eleitoral que coloca o PAICV numa posição vantajosa no panorama político nacional; e registou o anúncio da decisão do Presidente do Partido, Pedro Pires, em retirar-se do exercício de qualquer cargo de direcção partidária. Decidiu a convocação do IX Congresso.

A Comissão Nacional da Jurisdição e Fiscalização tem cumprido normalmente as funções de fiscalização e de controlo.

Os outros órgãos colegiais de direcção, quer a Comissão Permanente, quer a Comissão Política, funcionaram normalmente e debruçaram-se sobre assuntos de natureza interna, questões políticas de interesse nacional, evolução da situação política, económica e social nacional, relações externas do Partido, agendas da Internacional Socialista e questões africanas e internacionais importantes.

O trabalho de acompanhamento, de orientação, recolha e intercâmbio de informações junto das organizações partidárias foi assegurado essencialmente, através de reuniões conjuntas de coordenação com os Secretariados Executivos de certas ilhas, tais como Santiago, Santo Antão e Fogo, encontros com os Conselhos e Executivos dos Sectores, encontros com militantes e comícios com as populações ou ainda em contactos directos com os eleitores através de visitas a localidades e de contactos "porta a porta". Estas iniciativas visaram por um lado, o aumento de protagonismo político, uma maior aproximação do eleitorado e das populações e, por outro, conhecer e posicionar-se sobre problemas urgentes que estas enfrentam, reforçando deste modo, os laços de solidariedade com aqueles que são abandonados à sua sorte e apoiando e solidarizando-se com aqueles cujos interesses não têm sido acautelados e, inclusive, têm sido prejudicados pela política clientelista do Governo.

Realizaram-se visitas a todos os Sectores, promoveu-se uma forte circulação de dirigentes nacionais para os diversos concelhos, o que permitiu a avaliação e o apoio das estruturas partidárias locais na procura de melhores soluções para a dinamização do Partido e a adequada organização das pré-campanhas eleitorais. As visitas revelaram-se de grande utilidade e permitiram contactos directos com as populações e o conhecimento factual dos problemas locais, sobre os quais se procurou sempre ter um oportuno e firme posicionamento.

O trabalho desenvolvido foi materializado em acções articuladas e coordenadas que envolveram intervenções do Gabinete de Coordenação das Questões Eleitorais, dos deputados e do Grupo Parlamentar, da Comissão Política e do Presidente do Partido.

Em relação à comunicação, as actividades desenvolvidas tiveram como interlocutores do lado do Partido, o Presidente, os Vice-Presidentes e membros da CP, e nos últimos tempos, o porta-voz da CP, Arnaldo Andrade, através de notas de imprensa, comunicados, entrevistas, declarações políticas e conferências de

PAICV IX CONGRESSO

imprensa. No entanto, o recurso a um porta voz ficou afectado e condicionado com a candidatura de Arnaldo Andrade à Câmara Municipal do Tarrafal.

No domínio da comunicação e informação mantém-se uma grande carência. É imperioso e urgente perseverar e superar os factores de estrangulamento e de bloqueio que dificultam o desenvolvimento desta importante frente de intervenção política.

2. No plano internacional, o PAICV prosseguiu com êxito, os objectivos propugnados, dando uma especial atenção à afirmação e aumento do seu prestígio no seio da família da Internacional Socialista.

Representações do PAICV têm participado em todas as reuniões do Conselho da IS e do Comité África. Foram reforçadas as relações com os partidos africanos membros da IS, no geral, e em particular, com o Partido Socialista do Senegal, o ADEMA-PADSJ, do Mali, o Front Populaire Ivoirien, da Costa do Marfim, o Front Social Démocratique, dos Camarões, a USFP, de Marrocos, o ANC, o MPLA e a FRELIMO, entre outros. Em relação aos latino americanos, foram reforçados os contactos com o PDT do Brasil.

Ainda no quadro da IS intensificaram-se as relações e os contactos com o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista Português, o Partido Social Democrata Sueco, o Partido Social Democrata Alemão, o Partido Trabalhista Holandês, o Partido Socialista Belga, o PSOE, espanhol, entre outros.

O PAICV participou ainda, no XXI Congresso da IS, o último do século, que teve lugar em Paris, de 8 a 10 de Novembro de 1999. Nele foram analisados os desafios a enfrentar pela Humanidade no século XXI e foi aprovado um importante documento de orientação política e ideológica, intitulado Declaração de Paris.

Antecedendo o mencionado Congresso, o Partido esteve presente em Paris num seminário realizado em Paris pela Fundação Jean Jaurès, no qual estiveram presentes a maioria dos parceiros internacionais daquela Fundação.

No concenente aos partidos dos PALOP, para além do MPLA e da FRELIMO, reforçaram-se os contactos com o MLSTP. Fortaleceram-se ainda as relações de cooperação com o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Chinês.

As organizações do Partido na Emigração [Portugal, França, Noruega, USA, Holanda, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe] mereceram atenção da CP que procurou manter contactos regulares com elas, tendo sido visitadas pelo Presidente do Partido, por vários membros da CP e pelos deputados pelos círculos da Europa e da África. Neste quadro, realizou-se em Paris, a 16 e 18 de Abril, um encontro das organizações do Partido na Europa, em que participaram 35 representantes das organizações de Portugal, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, Itália e Suécia. Da reunião saíram orientações de grande interesse para a ampliação da influência e o reforço da presença do Partido na emigração europeia.

Por outro lado, a CP tem mantido contactos regulares com as representações diplomáticas sediadas na capital do país.

PAICV IX CONGRESSO

3. PAICV tem exercido com empenho, determinação, patriotismo e alto sentido de responsabilidade, a função que lhe cabe de oposição democrática.

O contexto em que intervém no Parlamento é altamente desfavorável, visto que o seu Grupo Parlamentar tem que confrontar-se com uma situação em que o enorme desequilíbrio de forças tem dificultado uma fiscalização eficaz dos actos de governação e viciado o processo democrático, abrindo o caminho à prepotência e a uma autentica tirania da maioria aritmética. Em tais circunstâncias, os mecanismos de moderação de poderes, o confronto de projectos e os debates parlamentares perdem, em grande medida, a sua pertinência. Tal situação tem permitido à maioria decidir sozinha, sobre políticas públicas determinantes e decisivas para o funcionamento do sistema político e para o futuro do país. É imperioso que tal desequilíbrio de forças seja alterado nas próximas eleições legislativas.

Tem-se procurado no Parlamento, limitar a acção da oposição, dificultando o acesso a informações pertinentes sobre a governação e reduzindo ao mínimo, os meios humanos e técnicos disponíveis ao Grupo Parlamentar do PAICV. Os processos crime intentados contra deputados do PAICV pela Procuradoria Geral da República, ilustram de forma eloquente, o uso de processos e meios anómalos, em democracia, para dissuadir críticas e obstruir o desenvolvimento normal da acção dos actores políticos responsáveis pela fiscalização dos actos cometidos pelo Governo.

A acção do Grupo Parlamentar do PAICV tem sido orientada no sentido da valorização do Parlamento, do fortalecimento dos princípios e das instituições do Estado de Direito Democrático, da defesa dos interesses gerais do país e das populações e bem assim, do combate a políticas e práticas que põem causa os interesses de Cabo Verde e dos cabo-verdianos. Tem assumido o essencial da fiscalização e do controlo dos actos cometidos pelo Governo, através de interpelações, audições, debates de urgência, declarações políticas, perguntas ao Governo e intervenções nos períodos antes da ordem do dia. Estabeleceu como objectivos prioritários, o reforço do seu papel de fiscalização e de controlo das actividades do Governo, a intensificação da comunicação com o eleitorado e com a sociedade civil, o combate à política neoliberal do Governo e a apresentação de alternativas políticas em sede de debate de questões fundamentais da governação.

O GP do PAICV apresentou diversas iniciativas legislativas; contribuiu para a aprovação de leis importantes para o país, apresentando alternativas legislativas; combateu as investidas contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; apresentou propostas para a solução de problemas reais do país. Defendeu direitos e interesses de todos os cidadãos; opôs-se à delapidação do património público; combateu as políticas de aumento do desemprego e das desigualdades sociais e a discriminação política. Apresentou ainda, propostas de reformas estruturais no âmbito da Administração Pública, Justiça, Saúde, Educação, Formação Profissional, Sistema Fiscal, Segurança Social e Poder Local.

No âmbito da preparação das suas actividades e do aperfeiçoamento da sua capacidade de intervenção, o Grupo Parlamentar tem realizado jornadas temáticas, palestras e seminários destinados aos deputados.

PAICV IX CONGRESSO

O Grupo Parlamentar realizou visitas a vários concelhos com o objectivo de contactar as populações e avaliar o estádio do seu desenvolvimento económico, social e cultural e actualizar as informações sobre os problemas e as dificuldades que afligem as respectivas populações. Visitou ainda diversas instituições públicas para se inteirar dos seus problemas e acompanhar as suas actividades. Os deputados por seu lado, mantiveram contactos regulares com os eleitores e uma presença efectiva nos seus círculos eleitorais.

O GP do PAICV tem granjeado simpatia pública e reforçado o seu prestígio através de um trabalho sério, com um elevado sentido de missão, e defendendo o interesse público. Os deputados do PAICV gozam hoje, de grande prestígio junto da opinião pública pela sua postura patriótica e pelo trabalho sério que têm realizado em prol de Cabo Verde. Têm dado um contributo valioso para a afirmação do PAICV como a alternativa necessária para Cabo Verde.

Ainda no quadro da avaliação da acção política desenvolvida pelo PAICV, a nível parlamentar, tem interesse relevar alguns factos políticos importantes com incidência a nível institucional, nomeadamente:

- A revisão das leis eleitorais e a aprovação do novo Código Eleitoral: no decurso do seu debate parlamentar, o GP do PAICV apresentou uma série de propostas com o intuito de aperfeiçoar e dar maior credibilidade e segurança à lei a fim de se garantir a transparência e a fidelidade dos actos eleitorais. A recusa da maioria em aceitar as propostas que eliminariam as possibilidades de fraudes eleitorais, manifesta falta de vontade política para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral e o aprofundamento da democracia assim como, a intenção não confessada de utilizar meios pouco claros para ganhar eleições. Após as eleições autárquicas, o Governo e o Grupo Parlamentar do MPD accionaram uma nova revisão do Código Eleitoral, dando razão às reservas do PAICV e reconhecendo as suas lacunas e insuficiências. A nova revisão complicou o processo eleitoral em vez de solucionar as imperfeições reveladas, confirmando a falta de vontade política para garantir a transparência do processo eleitoral.

A Revisão Constitucional constituiu outro momento de grande interesse político. Mereceu uma atenção particular do Grupo Parlamentar do PAICV que para a sua análise, promoveu uma jornada parlamentar específica com a participação de personalidades próximas do Partido e produziu um projecto de revisão próprio que foi posteriormente, assumido por um "grupo de cidadãos". Os órgãos de direcção do Partido tomaram posição pública, em diversas ocasiões, sobre esta importante matéria política, questionando quer a sua oportunidade, quer o teor das soluções propostas, e assumindo posições próprias. Deve-se assinalar que a Constituição da República, através dum normativo restritivo, não permitia ao PAICV, iniciativa própria em matéria de revisão.

O projecto de revisão apresentado pela maioria acolheu diversas ideias constantes do projecto do PAICV de 1992 e outras iniciativas posteriores. O GP do MPD face à solidez dos argumentos desenvolvidos pelos deputados do PAICV, teve que aceitar a alteração de diversos aspectos da sua proposta que

PAICV IX CONGRESSO

introduziam entre outras matérias, a desconstitucionalização de poderes e regalias dos deputados, a responsabilização dos deputados por crimes contra a honra, e a restrição das liberdades de imprensa, de expressão e de informação. Do ponto de vista económico e social, fez-se a adequação da CR à filosofia neoliberal que perfilha o Governo. Subjacente a várias propostas de alteração esteve a preocupação de proteger e de sub-repticiamente, desresponsabilizar os membros do Executivo. O GP do PAICV teve um desempenho de qualidade, apresentando argumentos bem fundamentados, levando à opinião pública críticas muito fortes e obrigando a alteração para melhor, de várias propostas.

- Os debates dos relatórios do Governo constituíram outras oportunidades para a fiscalização das actividades do Governo, no Parlamento. Do debate do último relatório, o GP do PAICV demonstrou que o Governo não realizou as metas previstas nos domínios de investimento público, exportações, rácio da dívida pública, inflação, eliminação dos atrasados comerciais, reservas externas, emprego e de pescas, entre outros. O desemprego e a situação dramática por que passaram milhares de famílias sem meios de subsistência e os impactos negativos do desemprego e da exclusão social mereceram também, a atenção do GP do PAICV, que denunciou as políticas que provocaram tais situações.
- Os debates do Estado da Nação, por seu lado, têm permitido ao PAICV levar à opinião pública, os problemas mais graves que os cabo-verdianos vêem enfrentando no seu quotidiano, criticar os aspectos negativos e os erros de governação. Confrontando-se com o Governo que tem procurado esconder os seus fracassos e a pintar de cor de rosa o seu desempenho, e apresentando alternativas de governação em diversos domínios, os deputados do PAICV têm contribuído para o conhecimento da verdadeira situação económica e social do país e das perspectivas quanto ao futuro.
- A participação nas discussões dos Orçamentos do Estado têm permitido a fiscalização da política orçamental, a avaliação da situação financeira, a denúncia das consequências da gestão desastrada do Governo e a crítica das suas opções neoliberais. As políticas fiscal e orçamental implementadas espelham a subordinação da economia cabo-verdiana às imposições do Programa de Ajustamento Estrutural e do Acordo de Cooperação Cambial. Os espartilhos a que actualmente, estão sujeitos os orçamentos do Estado são decorrentes de políticas erradas Governos do MPD, cujos custos sociais são muito pesados para os mais pobres.
- Reafirmando a sua posição publicamente defendida de exigir do Governo o esclarecimento cabal dos factos relacionados com o processo de privatização da ENACOL, em sede própria que é a Assembleia Nacional, o Grupo Parlamentar do PAICV provocou para tal, o agendamento dum debate de urgência, tendo em conta a atitude manifesta do Governo e da maioria parlamentar que o sustenta, de evitar o seu debate no Parlamento. O debate parlamentar confirmou a existência, de facto, de várias irregularidades e ilegalidades muito graves cometidas pelo Vice-Primeiro Ministro nesse processo, que põem em causa a transparência, seriedade e lisura do negócio e reforçam a dúvida sobre o verdadeiro montante da venda de 32,5% das

PAICV IX CONGRESSO

ações. Em decorrência, o Grupo Parlamentar considerou e considera que o Dr. António Gualberto do Rosário não reúne mais condições éticas e morais para continuar a desempenhar o cargo de Vice-Primeiro Ministro, questionando, também, a continuação do processo de privatizações pelo Governo, pelas mesmas razões.

A avaliação feita por individualidades nacionais e pelos mais variados sectores da sociedade é de que a decisão e a postura do Grupo Parlamentar do PAICV no debate, foi oportuna, responsável e com elevado sentido de Estado.

4. Os excelentes resultados da gestão das Câmaras Municipais dirigidas por autarcas do PAICV constituíram contribuições importantes para o reforço da credibilidade do nosso partido junto da opinião pública nacional e meios através dos quais, também aumentou a sua audiência política e ampliou o seu espaço político. Mesmo trabalhando em situações desfavoráveis devido a atitudes discriminatórias do Governo, essas Câmaras Municipais cumpriram amplamente, seus programas eleitorais dando solução a problemas enfrentados pelas populações e abrindo novas perspectivas para a melhoria das condições e da qualidade de vida dos munícipes.

A sua postura de abertura, as relações respeitosas e solidárias com os munícipes e bem assim, o respeito dos direitos das minorias contribuíram para o aumento do prestígio dos autarcas do PAICV e da sua gestão. A transparência dos seus actos e a defesa consequente do interesse público são outras valias a seu favor e do Partido.

Realizou-se em Janeiro de 1999, a reunião dos autarcas do PAICV para uma avaliação da política municipal aplicada pelo Partido e para perspectivar o desenvolvimento do trabalho nesta importante frente de intervenção política. Foram analisadas as realizações conseguidas e os obstáculos a vencer. Foram também avaliadas as relações do Governo com as Câmaras Municipais, a sua política descentralização e a aplicação da lei de finanças locais. Alertou-se para a necessidade de se dotarem os municípios dos recursos financeiros e humanos necessários, sob pena de se frustarem as potencialidades de desenvolvimento que o poder local democrático encerra.

Da reunião constou um debate aprofundado sobre a preparação das eleições autárquicas de Fevereiro de 2000. Foi fundada a Associação dos Autarcas do PAICV.

IV. A juventude do partido - JPAI

O PAICV tem mantido com a Juventude do partido uma constante relação de amizade, de cooperação e de acompanhamento sem imiscuir-se na sua autonomia organizacional, decorrente dos seus Estatutos.

É esta relação de amizade e de cooperação que permitiu à Direcção do Partido acompanhar de perto os trabalhos que vem desenvolvendo nomeadamente o seu II Congresso, realizado na Praia nos dias 13 e 14 de Maio p. p. A Direcção do

PAICV IX CONGRESSO

Partido considera os resultados alcançados promissores, abrindo perspectivas novas para o aumento da sua influência no seio da juventude cabo-verdiana.

No âmbito daquele evento ficou no entanto, notória a necessidade de um maior trabalho político e cívico da organização juvenil no seio da juventude cabo-verdiana, visando uma maior participação, primeiro no debate das questões concretas que lhes dizem respeito e, segundo, na definição de uma verdadeira (s) política(s) voltada(s) para a juventude. E assim tornar a JPAI um parceiro privilegiado das instituições pública e políticas na busca de soluções para os problemas sociais, económicas e culturais da sociedade cabo-verdiana.

A JPAI tem sido um parceiro precioso do partido em todas as campanhas eleitorais. Esta parceria deve ser fomentada e consolidada quer em relação à participação nos órgãos de direcção do partido, quer em relação à integração nas suas listas eleitorais.

Mas pensamos igualmente, que há uma tarefa importante que a JPAI deve começar a preparar que é a educação no pensamento de Cabral, em defesa da memória colectiva nacional. No momento que se comemora mais um aniversário da nossa Independência, cremos ser uma oportunidade privilegiado para a JPAI assumir esse exaltante compromisso com o pensamento de Cabral.

V - As eleições autárquicas

A Direcção do PAICV fez uma grande aposta nas eleições autárquicas e colocou a sua preparação no centro da sua acção política. O CN de 27 de Fevereiro de 1999, estabeleceu como metas a atingir "aumentar a representação autárquica do Partido e colocar nas próximas eleições autárquicas, o actual partido maioritário em posição minoritária no poder local" e "construir uma alternativa política de governação credível capaz de aglutinar uma maioria sociológica e transformá-la em maioria política". Estes objectivos foram amplamente atingidos.

PAICV apresentou-se às eleições autárquicas com listas próprias, em 13 dos 17 municípios do país. Não pôde concorrer na Boa Vista e apoiou 3 listas independentes, nos restantes concelhos. Dos resultados eleitorais obtidos, teve um crescimento eleitoral de 68% em relação às eleições autárquicas de 1996.

O PAICV ganhou 7 Câmaras Municipais; é maioria absoluta em 6 Assembleias Municipais e maioria relativa numa. Tem representações em mais duas vereações municipais. Aumentou a sua representação em quase todas as Assembleias Municipais. Para além de ganhar as Câmaras Municipais mais importantes do país, o PAICV foi o partido mais votado nessas eleições autárquicas. A maioria seria no entanto, mais clara se não fosse o lamentável incidente da Boa Vista e o desfecho duvidoso do caso do Tarrafal.

Os resultados das eleições autárquicas representam uma vitória da humildade, da simplicidade, da seriedade, do diálogo e da capacidade de trabalho sobre o a arrogância, o autoritarismo, o caciquismo e a incompetência. Foram arrancados num combate árduo e difícil. Lutamos contra adversários decididos a ganhar as eleições, por todos os meios. Deve-se por isso, avaliar devidamente, as razões e

PAICV IX CONGRESSO

o alcance da vitória eleitoral do PAICV.

MPD, partido do governo e nosso adversário político principal, lançou mãos de todos os meios, lícitos e ilícitos, para não perder as eleições de 20 de Fevereiro. É de se recordar que começou a preparar a sua campanha eleitoral para as eleições autárquicas, no início de 1999, com a implementação do chamado programa de emergência em que discriminou de forma ostensiva, os municípios dirigidos pela oposição, beneficiando aqueles em que pensava poder vir triunfar. Criou empregos e realizou uma série de obras com fins estritamente, eleitoralistas.

O partido do governo fez uma campanha de quem tem muito dinheiro. Dispôs de meios e recursos próprios abundantes e de uma numerosa assessoria técnica estrangeira. Para além disso, abusou da sua condição de partido que dirige o governo do país. Utilizou ostensivamente, os meios e os bens do Estado para a sua campanha, pondo em causa a lei, o interesse público e as regras do jogo democrático. Usou de conivências várias e a diversos níveis. Tirou proveito das funções, prerrogativas e da influência dos ministros e funcionários do Estado para influenciar e condicionar o voto do cidadão. Utilizou ainda, o emprego público para condicionar o comportamento eleitoral dos trabalhadores. Tentou domesticar a comunicação social do Estado.

É do ponto de vista ético que a campanha eleitoral do MPD é mais reprovável. Na falta de argumentos convincentes, recorreu a injúrias aos candidatos das outras forças políticas e à diabolização do PAICV. Recorreu ainda, aos seus habituais chavões obscurantistas. Intimidou e chantageou o eleitorado com a ameaça de retaliações do Governo contra as Câmaras Municipais da oposição. Comprou consciências; fez intoxicação política; estimulou a fraude eleitoral; explorou a falta de informação e tentou ludibriar as pessoas com questões de foro religioso.

As estratégias das candidaturas do PAICV fundamentaram-se na sua essência, em valores éticos, nos desejos, nas aspirações e nas necessidades mais sentidas das populações. Basearam-se ainda, na valorização das Câmaras Municipais e dos cargos e funções dos órgãos municipais e do Presidente da Câmara Municipal, em particular; na defesa da dignidade dos municípios e dos munícipes; na defesa dos interesses dos municípios.

A pré-campanha e a campanha foram momentos para uma maior aproximação e uma comunicação mais intensa com a sociedade. Permitiram o aprofundamento das relações de confiança com as populações e bem assim, a difusão das ideias e projectos do PAICV para o poder local e para Cabo Verde.

Estiveram em concorrência dois modelos de gestão municipais: a do MPD e a do PAICV. A gestão municipal do MPD, particularmente, em Santiago, é desastrosa. A gestão municipal do PAICV é reconhecida como séria e eficaz, apesar dos bloqueios do Governo. Os nossos autarcas gozam de grande prestígio, dentro e fora do país.

A forte adesão da juventude às candidaturas do nosso partido abre perspectivas promissoras de crescimento para o partido e para as próximas eleições legislativas. Este facto exige uma atenção particular e recomenda um trabalho

PAICV IX CONGRESSO

cuidadoso dirigido à juventude.

Os resultados conseguidos nas eleições autárquicas são o fruto de uma estratégia correcta e de uma campanha eleitoral séria e inteligente. Foram construídos paulatinamente e são também, o resultado de um trabalho persistente, muitas vezes imperceptível, realizado nas frentes de actividades política, parlamentar, autárquica e social. Também o PAICV apresentou melhores candidatos e melhores programas.

A democracia saiu reforçada desse confronto eleitoral. Com uma postura séria e pedagógica durante todo o processo eleitoral, o PAICV contribuiu para a valorização dos princípios e valores democráticos e, simultaneamente, para um reequilíbrio nas relações de força no campo político. A nossa vitória trouxe mais confiança ao cidadão comum e quebrou o peso do medo no debate e no relacionamento político e social. Contribuiu para ampliar os espaços de liberdade e de participação política.

No seguimento das eleições, o PAICV aumentou a sua influência política em todo o território nacional e ampliou a sua expressão e base eleitoral. Abriram-se perspectivas promissoras para o aumento significativo do número dos seus membros. Com efeito, constata-se actualmente, uma maior aproximação dos cidadãos e há um grande número de novos candidatos que solicitam a sua adesão ao partido.

O PAICV realizou plenamente os objectivos que estabeleceu para as eleições de 20 de Fevereiro p. p. e posicionou-se em melhores condições de partida para enfrentar com sucesso, as próximas eleições legislativas.

VI. O momento pós-eleições autárquicas

Depois das eleições autárquicas de 20 de Fevereiro, nada ficou como dantes. Há uma exteriorização de novas aspirações e de novos desejos, constata-se uma mudança no comportamento do eleitorado e manifesta-se a procura de novos espaços de participação política. Provocou-se uma alteração sensível na correlação de forças, no campo político nacional. Inicia-se um novo ciclo político em que o PAICV é o principal protagonista.

Os cidadãos estão a repudiar o autoritarismo, o clientelismo, o nepotismo, o negociismo e discriminação dos cidadãos; reclamam dos políticos, mais ética e mais patriotismo; aspiram a uma maior participação na vida política nacional; exigem dos governantes mais transparência e honestidade nos seus actos; esperam deles uma gestão mais eficaz e mais séria dos negócios do Estado; querem uma democracia mais autêntica e mais justa. A juventude reclama políticas capazes de garantir-lhe um futuro mais certo e mais seguro e exige mais honestidade na gestão da coisa pública. Há uma vontade geral de exercer os direitos de cidadania.

Por outro lado, Cabo Verde enfrenta uma crise política grave com repercussões sérias a nível da sociedade, da governação e do Parlamento. Os resultados de uma governação deficiente e de uma prática política pouco transparente,

PAICV IX CONGRESSO

clientelista e negociata, juntos aos escândalos que têm abalado o Governo nos últimos tempos, colocaram o país numa situação de crise cuja saída definitiva só poderá ser encontrada com as próximas eleições legislativas e com a substituição da actual maioria.

A derrota nas eleições autárquicas agudizou a crise interna e de liderança que tem atravessado o MPD. Cabo Verde está refém das crises cíclicas do MPD. É uma situação que não pode continuar eternamente, sob pena de consequências muito prejudiciais para o futuro.

A imagem e o prestígio do Estado de Cabo Verde estão sendo postos em causa. Os interesses nacionais estão sendo lesados. Em qualquer país onde a política é feita com ética e assumida com sentido de responsabilidade, tal situação já teria certamente, encontrado uma solução que preserve os interesses de todos, por iniciativa do próprio Governo e da maioria parlamentar. No caminho em que as coisas estão, Cabo Verde corre o risco de se transformar numa "república de bananas", sem dignidade e sem prestígio.

Em contrapartida, o PAICV tem pautado a sua intervenção política por um elevado sentido de estado e com espírito de missão. Estima que é fundamental, para o bem de Cabo Verde, para o reforço da confiança no nosso Estado de Direito Democrático e para a credibilidade externa do país, que se garanta a transparência nos actos de governação e na vida política nacional. Aliás, actualmente, verifica-se no plano internacional, mesmo nos países mais avançados, um crescente esforço no sentido de combater os indícios de corrupção e de promover o aumento de transparência na vida pública.

O PAICV tem defendido que em democracia e num Estado de Direito Democrático, é fundamental o funcionamento regular e o bom desempenho dos mecanismos de fiscalização e controlo do actos dos órgãos do poder do Estado. São atribuições e funções que são cumpridas por instituições estatais específicas. É por isso, que o PAICV tem nesta matéria, combatido certos argumentos falaciosos e agido no sentido de fazer intervir as instituições responsáveis nos processos de fiscalização e de dar conteúdo às suas atribuições. Cabo Verde só tem a ganhar com o fortalecimento das instituições do Estado de Direito Democrático e com o respeito estrito da legalidade, anteparos indispensáveis às tentações de corrupção.

É mais do que evidente que a imagem dum país ganha maior respeito se o seu sistema judicial e as suas instituições de fiscalização dos actos do Governo gozarem da confiança da sociedade e tiverem credibilidade dentro e fora das suas fronteiras. O futuro e os interesses do nosso país exigem que o Estado cabo-verdiano seja um autêntico Estado de Direito Democrático ao serviço do desenvolvimento.

VII. Conclusões

O IX Congresso tem lugar numa altura em que o país se interroga quanto ao seu futuro. Com efeito, Cabo Verde encontra-se, neste momento, numa daquelas situações em que a profunda decepção e o descontentamento geral impelem à procura de alternativas de governação.

PAICV IX CONGRESSO

A crise de liderança do MPD e os escândalos que o abalaram recentemente, são provas inequívocas do seu esgotamento como uma opção política credível.

Em contrapartida, o PAICV vem conquistando gradualmente, uma maior confiança das dos cabo-verdianos. Os resultados das eleições autárquicas confirmam-no. A questão essencial, para nós, reside em continuar a trabalhar para que o movimento de descontentamento e de rejeição da política e da governação do MPD se transforme num movimento social crescente capaz de gerar uma forte vontade política de mudança, esteio da construção duma nova maioria encabeçada pelo PAICV. Esta viragem na política nacional, para além de necessária, é possível.

Já no VIII Congresso, afirmáramos, na nossa moção de estratégia, que "O nosso objectivo estratégico, como maior partido da oposição, é preparar pacientemente uma alternativa que abra novas perspectivas de confiança para os cabo-verdianos, construindo uma maioria social que converta esta alternativa em opção ganhadora nas próximas eleições". Esta previsão está-se cumprindo, incontestavelmente.

Este IX Congresso é o local apropriado para se provocar o sobressalto necessário e é o momento propício para se consubstanciarem as bases da construção desta nova maioria política e concomitantemente, se dar um novo impulso para as próximas vitórias. Este é o desafio que espera aos delegados. E cremos que é também, a esperança e a expectativa da maioria dos cabo-verdianos. Assim sendo, as responsabilidades do PAICV são pesadas. Não poderá defraudar.

**POR CABO VERDE,
VIVA O IX CONGRESSO DO PAICV!**

Praia, 20 de Junho de 2000